

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO**

**INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU**

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

**CONCURSO PÚBLICO**

**N.º 32/IPV/2024**

**Aquisição de equipamento informático para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de  
Viseu do Instituto Politécnico de Viseu**

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

Av.ª José Maria Vale de Andrade

Campus Politécnico

3504-510 VISEU

telefone n.º 232480700

email: [ipv@sc.ipv.pt](mailto:ipv@sc.ipv.pt)

**dezembro**

**2024**

## **Índice**

Artigo 1.º - Identificação do procedimento  
Artigo 2.º - Entidade adjudicante  
Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar  
Artigo 4.º - Órgão competente para prestar esclarecimentos  
Artigo 5.º - Consulta e disponibilização das peças do procedimento  
Artigo 6.º - Requisitos necessários à admissão dos concorrentes  
Artigo 7.º - Modo de apresentação das propostas  
Artigo 8.º - Idioma dos documentos da proposta  
Artigo 9.º - Documentos da proposta  
Artigo 10.º - Propostas variantes  
Artigo 11.º - Negociação das propostas  
Artigo 12.º - Preço anormalmente baixo  
Artigo 13.º - Prazo para apresentação das propostas  
Artigo 14.º - Prazo para manutenção das propostas  
Artigo 15.º - Lista dos concorrentes e consulta das propostas  
Artigo 16.º - Critério de adjudicação  
Artigo 17.º - Adjudicações por lotes  
Artigo 18.º - Escolha do adjudicatário  
Artigo 19.º - Modo de prestação da caução  
Artigo 20.º - Documentos de habilitação  
Artigo 21.º - Prazo para apresentação dos documentos de habilitação  
Artigo 22.º - Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário  
Artigo 23.º - Aprovação e notificação da minuta do contrato  
Artigo 24.º - Reclamações da minuta do contrato  
Artigo 25.º - Outorga do contrato  
Artigo 26.º - Prevalência  
Artigo 27.º - Legislação aplicável

## **ANEXOS**

Anexo I – Modelo da declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP.  
Anexo II - Modelo da declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP.

**Concurso Público n.º 32/IPV/2024** – Aquisição de equipamento informático para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu do Instituto Politécnico de Viseu

Artigo 1.º

**Identificação do procedimento**

1 - O objeto do contrato ao abrigo deste procedimento concursal é a aquisição de equipamento informático para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu do Instituto Politécnico de Viseu, de acordo com o caderno de encargos e por lotes.

1.1 - Categoria do serviço e sua classificação estatística do Regulamento (UE) publicado no JOUE:

30213300-8 - Computadores de secretária (desktop computers);

30213100-6 - Computadores portáteis

2 - Escolha de procedimento: Nos termos da alínea b) n.º 1 art.º 20.º conjugados com o n.º 1 do art.º 130.º e seguintes do CCP.

Artigo 2.º

**Entidade adjudicante**

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE VISEU

Avª Cidade Politécnica - Campus Politécnico

3504-510 Viseu

telefone n.º 232480500

email: estgv@estgv.ipv.pt

Artigo 3.º

**Órgão que tomou a decisão de contratar**

Presidente do Instituto Politécnico de Viseu, nos termos do n.º 1 do art.º 36.º do CCP, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do art.º 17.º, do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho.

Artigo 4.º

**Órgão competente para prestar esclarecimentos**

1 - Os esclarecimentos devem ser solicitados ao presidente do júri do procedimento, através da plataforma eletrónica com endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)

2 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas na plataforma eletrónica com endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)

3 - Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados até ao termo do 2.º terço do prazo fixado para apresentação das propostas com endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

Artigo 5.º

**Consulta e disponibilização das peças do procedimento**

1 - As peças do procedimento encontram-se patentes para consulta no Departamento Técnico do Instituto Politécnico de Viseu, na morada indicada no artigo 2.º, no horário de expediente (9h00-12h30 e 14h00-17h30).

2 - As peças do concurso encontram-se disponíveis na plataforma eletrónica com endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

Artigo 6.º

**Requisitos necessários à admissão dos concorrentes:**

Não podem apresentar-se ao concurso os concorrentes que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 7.º

**Modo de apresentação das propostas**

Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pelo Instituto Politécnico de Viseu, no endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)

Artigo 8.º

**Idioma dos documentos da proposta**

- 1 - Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
- 2 – Os documentos referidos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, podem ser redigidos em língua inglesa.

Artigo 9.º

**Documentos da proposta**

A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- 1 – Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível no Portal Base, nos termos do n.º 6 do artigo 57.º CCP.
- 2 – Documento/s que em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, a saber:
  - a) Proposta de preço global e por lote, assinada pelo concorrente ou por representante, pelo qual o concorrente se dispõe a contratar, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos
  - b) Identificação dos bens proposto e prazo de entrega após outorga contrato.
  - c) Prazo de garantia dos equipamentos propostos.
  - d) Documentação técnica que comprove ou não cada um dos seguintes itens:
    - Disponibilidade de modos de economia de energia;
    - Disponibilização de manuais online;
    - Resultados de testes que demonstrem valores máximos de ruído de acordo com a ISO 9296;
    - Resultados de testes que demonstrem valores máximos de consumos energéticos de acordo com a certificação ENERGY STAR.
  - d) Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
  - e) Deve ser mencionado que aos preços constantes da proposta acresce o valor do IVA e respetiva taxa aplicável.
- 3 – Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 2.
- 4 – Todos os documentos referidos neste artigo devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
- 5 – Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa. Os documentos referidos nas alíneas b) e c) do n.º 1 e no n.º 3, ambos do art.º 57.º do CCP podem ser redigidos em Inglês.

Artigo 10.º

**Propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 11.º

**Negociação das propostas**

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 12.º

**Preço anormalmente baixo**

Não aplicável.

Artigo 13.º

**Prazo para apresentação das propostas**

As propostas serão apresentadas até às 23H59m do 32.º dia após publicação em DR, na plataforma eletrónica com endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

Artigo 14.º

**Prazo para manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias contado da data do termo do prazo fixado para apresentação dessas propostas.

Artigo 15.º

**Lista dos concorrentes e consulta das propostas**

A publicitação da lista dos concorrentes é efetuada na plataforma eletrónica com endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 16.º

**Critério de adjudicação**

1 – A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa determinada através da modalidade multifator, sendo o modelo de avaliação a melhor relação Preço por lote (Pr) - Componente ecológica (E)

A pontuação final de cada lote da proposta, será expressa numericamente, arredondada às milésimas, calculada nos seguintes termos:

Descrição dos critérios	Pontuação
a) Proposta com preço mais baixo entre os concorrentes	Se SIM, 16 pontos Se igual ao valor base, 0 pontos Valores intermédios calculado por interpolação linear inversa
b) Disponibilidade de modos de economia de energia	Se SIM, 1 pontos Se NÃO, 0 pontos
c) Disponibilização de manuais online	Se SIM, 1 pontos Se NÃO, 0 pontos
d) Resultados de testes que demonstrem valores máximos de ruído de acordo com a ISO 9296	Se SIM, 1 pontos Se Não, 0 pontos
e) Resultados de testes que demonstrem valores máximos de consumos energéticos de acordo com a certificação ENERGY STAR	Se SIM, 1 pontos Se Não, 0 pontos

sendo:

1) Para o critério a), a fórmula é a seguinte:

$$P = m \times Vp + b$$

onde

$$m = - Pmax / (Vbase - Pmbx)$$

$$b = - m \times V_{base}$$

Pmax = Pontuação máxima (16)

VBase = Valor base do lote

Pmbx = Valor da proposta mais baixa por lote

Vp = Valor da proposta do concorrente por lote

2) Nos critérios b), c), d) e e), o concorrente deverá apresentar documentação técnica que comprove ou não cada um desses itens.

2 – Em caso igualdade de preço a melhor classificação será atribuída ao concorrente que apresentar o maior prazo de garantia dos bens por lote. Caso persista a igualdade o desempate será pelo menor prazo de entrega por lote.

3 – Caso permaneça a igualdade é adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio, a desenrolar presencialmente com os interessados, em modalidade a combinar entre as partes, do qual será lavrada ata e assinada por todos os presentes.

#### Artigo 17.º

##### **Adjudicações por lotes**

1 - Serão adjudicadas as propostas por lotes, melhor identificados no caderno de encargos.

2 – Não existe limite no número máximo de lotes que podem ser adjudicados a cada concorrente.

#### Artigo 18.º

##### **Escolha do adjudicatário**

Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, a entidade competente para adjudicar, com base no relatório fundamentado e elaborado pelo Júri, escolhe o adjudicatário.

#### Artigo 19.º

##### **Caução e modo de prestação da mesma**

Não aplicável.

#### Artigo 20.º

##### **Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário**

Para celebração do contrato o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

1 - Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao presente programa do procedimento e do qual faz parte integrante.

2 - Documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

- a) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- b) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade.

3 - No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas anteriores ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas a), b) e h) do artigo 55.º, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário ou um organismo profissional qualificado.

4 - Cópia de certidão da Conservatória do Registo Comercial da constituição e das alterações do pacto social.

5 - Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) - Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto - ou o respetivo código de acesso.

6 - Quando os documentos a que se referem os números 2, 4 e 5 se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aquelas podem ser consultadas, bem como, a informação necessária dando o respetivo consentimento a essa consulta.

#### Artigo 21.º

##### ***Prazo para a apresentação dos documentos de habilitação***

O prazo para entrega dos documentos de habilitação é de 10 (dez) dias úteis seguintes à notificação de adjudicação.

#### Artigo 22.º

##### ***Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário***

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário e apenas estes devem associar-se antes da celebração do contrato.

#### Artigo 23.º

##### ***Aprovação e notificação da minuta do contrato***

1 - Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-o ao adjudicatário;

2 - A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário, quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

#### Artigo 24.º

##### ***Reclamações da minuta do contrato***

1 - As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento na previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos ou ainda na recusa dos ajustamentos propostos;

2 - No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação;

3 - Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

#### Artigo 25.º

##### ***Outorga do contrato***

O contrato deve ser outorgado no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão, sobre a reclamação e após a apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos.

Artigo 26.º

**Prevalência**

As normas do programa do concurso prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

Artigo 27.º

**Legislação aplicável**

1 - Todos os atos que digam respeito ao procedimento em causa obedecem às condições previstas no presente Programa de Procedimento e no Caderno de Encargos.

2 - Todas as situações que não estejam previstas serão reguladas pelas disposições do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, republicado no Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto de 2017 - Diário da República, 1.ª série n.º 168, e demais legislação aplicável.

Instituto Politécnico de Viseu, \_\_\_\_ de dezembro de 2024

O Presidente do Politécnico de Viseu

(Professor Doutor José dos Santos Costa)

O Vice-Presidente em suplência



## **ANEXO II**

### **Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º